

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 126./2022/SEAGRI/RO.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 0025.037636/2022-42

OBJETO: Contratação de empresas na prestação de serviços de locação de banheiros químicos, banheiros containers, tendas e outros, para equipar a Feira de tecnologias e Negócios Agropecuários - 9ª Rondônia Rural Show Internacional, a ser realizada no período de 23 a 28 de maio de 2022, no Centro Tecnológico do Agronegócio Vandeci Rack, no Município de JiParaná/RO.

TERMO DE ANÁLISE DE RECURSO ADMINISTRATIVO

A Superintendência Estadual de Licitações – SUPEL/RO, através de seu Pregoeiro, designado por meio da **Portaria Nº 84/SUPEL de 29/06/2021, publicada no Diário Oficial do Estado de Rondônia do dia 30/06/2021**, em atenção aos **RECURSOS ADMINISTRATIVOS** interposto pelas empresas: **LOC-MAQ LOCAÇÃO DE MAQUINAS LTDA – CNPJ: 01.905.016.0001-06, KAMPO PROMOÇÕES E EVENTOS – CNPJ: 09.411.345.0001-55**, já qualificadas nos autos epígrafados, passa a analisar e decidir, o que adiante segue.

I – LOC-MAQ LOCAÇÃO DE MAQUINAS:

A requerente interpôs recurso administrativo via sistema compras.gov.br e e-mail (0028161409, 0028161462) para o lote 01, contra a decisão do pregoeiro que habilitou a empresa recorrida, haja vista, que a mesma não cumpriu o exigido nos itens: 13.8.10 do edital e 9.5.9 do Termo de Referência relativos à qualificação técnica (Licença de Operação emitida pelo Órgão ambiental competente).

Em sequência, alega que a empresa recorrida procederá a subcontratação dos serviços, tendo em vista que está sediada fora do estado de Rondônia, sendo que os equipamentos necessitam de uma grande logística de transporte e manutenções deixando subentendido que a empresa não cumprirá o contrato e consequentemente subcontratará empresas no estado de Rondônia.

Por fim, solicita que seja reconsiderada a decisão do pregoeiro, bem como, seja declarada inabilitada a empresa recorrida para lote 01, tendo em vista que a empresa recorrida não atendeu as exigências editalícias.

II- -KAMPO PROMOÇÕES E EVENTOS:

A requerente interpôs recurso administrativo via sistema compras.gov.br (0028161744), solicitando a inabilitação das empresas 1ª e 2ª no referido certame, alegando que a 1ª colocada deixou de apresentar a devida autenticação de seus documentos relativos à qualificação técnica (atestados de capacidade técnica), bem como, os referidos documentos não guardam compatibilidade com o objeto licitado.

Em sequência de suas alegações, solicita a inabilitação da empresa classificada em 2ª colocação no certame, informando que a mesma deixou de apresentar o documento exigido no item 13.8.10 do edital a qual versa sobre a Licença de Operação emitida pelo Órgão ambiental competente.

Por fim, solicita a imediata reforma da decisão que habilitou as empresas 1ª e 2ª colocadas no presente certame.

III – CONTRARRAZÕES:

III.I - EMPRESA: EVENTUAL LIVE MARKETING DIREITO EIRELI (LOTE I):

Em sua defesa a empresa recorrida apresentou sua peça recursal via sistema (0028285857), a qual rebate de forma contundente as alegações da empresa recorrente, informando que atendeu de forma satisfatória todas as exigências do edital e que as alegações aventadas pela empresa recorrente, não merecem prosperar haja vista que em momento algum o edital solicita a apresentação dos documentos elencados nos itens: 13.8.10 do edital e 9.5.9 do Termo de Referência relativos à qualificação técnica (Licença de Operação emitida pelo Órgão ambiental competente).

Informa que o edital deixa em “aberto” o encaminhamento do documento em questão, ou seja, alega que não ficou claro em que fase deveria ser encaminhado o documento.

Em sequência, informa que prestará todos os serviços relacionados aos lotes que fora declarada vencedora, assumindo assim, o compromisso de executar de forma integral o contrato celebrado com a administração pública.

III.II - EMPRESA: SILK BRINDES COMUNICAÇÃO VISUAL (LOTE 03):

A empresa recorrida apresentou sua defesa como preconiza a legislação, dentro do prazo estabelecido, conforme exarado no sistema SEI (0028163654), a qual refuta de forma peremptória todas as alegações da recorrente, sendo que informou que atendeu plenamente todas as exigências contidas no edital e Termo de Referência.

Em relação ao descumprimento dos itens 13.8.10 do edital e 9.5.9 do Termo de Referência relativos à qualificação técnica (Licença de Operação emitida pelo Órgão ambiental competente), informa que o item em questão se trata a respeito dos lotes dos Banheiros químicos, sendo que o lote em que participará versa sobre tendas, ou seja, a empresa recorrente não se atentou a exigência específica.

Quanto aos atestados de capacidade técnica apresentados, a empresa informa que atendeu de forma satisfatória a exigência elencada no item 13.8 e subitens do edital, tendo apresentado atestados de capacidade técnica como prevê o ato convocatório.

Por derradeiro, solicita que as alegações da empresa recorrente sejam negadas em seu mérito, mantendo a declaração de habilitação de sua empresa.

IV – DO MERITO:

Em atenção ao direito de manifestação e interposição de recurso, previsto no art. 26, do Decreto Estadual nº 12.205/2006, e ao artigo 4º, inciso XVIII, da Lei 10.520/2002, após análise dos recursos interpostos pelas empresas e ainda, levando em consideração que houve Contrarrazões apresentadas pelas empresas participantes, o Pregoeiro, com base no Princípio da Vinculação ao Edital, da legalidade e demais princípios que regem a Administração Pública e na legislação pertinente, com base nas informações adquiridas, se manifesta da seguinte forma:

Primeiramente vislumbra-se que “A licitação se destina a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos” (Art. 3º, Lei. 8.666/93).

Segundo a 4ª Edição - Revista, atualizada e ampliada, Licitações e Contratos - Orientações e Jurisprudência do TCU, o Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório obriga a administração e o licitante a observarem as normas e condições estabelecidas no ato convocatório. Nada poderá ser criado ou feito sem que haja previsão no instrumento de convocação.

Importa destacar que o Pregoeiro balizou seus atos nos princípios constitucionais da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo a moralidade aos ditames editais.

A respeito de tal princípio é necessário lembrar que é um dos pilares jurídicos da Lei Geral de Licitações e Contratos Administrativos, nº 8.666/93, vejamos:

“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

[...]

XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor.” [grifos acrescidos]

V - ANÁLISE DO RECURSO DA EMPRESA LOC-MAQ – LOCAÇÕES – LOTE 01:

Em revisão aos documentos apresentados pela empresa recorrida (0028156358, 0028157110), restou constatado a ausência do documento relativo ao item 13.8 – RELATIVOS A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, subitem 13.8.10 “(...As empresas participantes dos lotes relacionados à banheiros, deverão apresentar Licença de Operação emitida pelo Órgão ambiental competente para transporte, tratamento e destinação final de resíduos sanitários e Licença de Operação emitida pelo Órgão Ambiental competente do local onde serão descartados os dejetos oriundos da higienização dos banheiros, conforme Lei 6.938/81 e Resoluções do CONAMA nº 001/86 e nº 237/97)”

As alegações da empresa recorrida “*(...) o edital deixa em aberto, pois não diz em que fase deveria ser apresentado*”, não condiz com a verdade, haja vista que a regra se encontra dentro do rol de documentos exigidos na fase de julgamento de documentos de habilitação no presente certame.

Em relação ao outro ponto suscitado pela empresa recorrente (SUBCONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS – item 22 do edital), nesse sentido, o questionamento da recorrente não merece prosperar, haja vista que a empresa recorrida assumiu integralmente em sua peça recursal a execução dos serviços junto a administração pública, ou seja, não há de se falar em subcontratação antes da celebração e execução do contrato.

Diante dos fatos, o Pregoeiro declara o recurso da empresa **LOC-MAQ LOCAÇÕES** (para o lote 01), **PARCIALMENTE PROCEDENTE**, assistindo razão ao ponto relativo ao descumprimento ao item 13.8.10, e, negando provimento para o quesito relativo à subcontratação (item 22 – DA TRANSFERÊNCIA/CESSÃO OU SUBCONTRATAÇÃO).

VI - ANÁLISE DO RECURSO DA EMPRESA KAMPO PROMOÇÕES E EVENTOS – LOTE 03:

Em relação aos pontos suscitados pela empresa, fora realizada a revisão nos documentos de habilitação da empresa (0028158432, 0028340972 e 0028340972), restou constatado que a empresa recorrida apresentou **(0028340972)** atestados de Capacidade Técnica de Direito Público: “**(Prefeitura Municipal de Juruena/MT, emitido e assinado em 18/03/2021 pelo Prefeito Municipal, Manoel Gontijo de Carvalho; - Prefeitura Municipal de Fraiburgo/SC, emitido e assinado em 20/03/2020 pela servidora Sônia Menegon do Departamento de Compras e Licitações.)**”, os quais gozam de presunção de legitimidade, bem como, atendem de forma satisfatória a exigência contida no item 13.8.4: (...) “*A empresa deverá apresentar Atestado de Capacidade Técnica compatível em característica de no mínimo 20% (vinte por cento) do valor e quantidades estimadas do lote a qual estiver participando. Entende-se por pertinente e compatível em características o(s) atestado(s) que em sua individualidade ou soma de atestados, contemplem 20% (vinte) por cento do lote, ou seja, a empresa deverá apresentar o atestado que tenha locado ao menos 04 objetos com as características tendas piramidais referente ao lote 3.*”

Relativamente sobre o outro ponto suscitado pela empresa recorrente (Inabilitação da empresa 2ª colocada), entendemos não ser pertinente a referida análise nesse momento, tendo vista a que o mérito recursal deve ser direcionado ao vencedor, respeitando assim a ordem classificatória do certame.

Diante dos fatos, o Pregoeiro **NÃO ASSISTE RAZÃO** aos fundamentos da empresa KAMPO PROMOÇÕES E EVENTOS, para o lote 03, haja vista que a empresa recorrida atendeu os requisitos habilitatórios.

DECISÃO:

Diante dos fundamentos acima apresentados, a **Comissão de Licitação Gama, pessoa de seu Pregoeiro**, posiciona-se no sentido de declarar **PARCIALMENTE PROCEDENTE** o recurso da empresa: **LOC-MAQ LOCAÇÕES (LOTE 01)**, e, **IMPROCEDENTE** o recurso da empresa **KAMPO PROMOÇÕES E EVENTOS (lote 03)**.

Submete-se a presente decisão à análise do Senhor Superintendente Estadual de Compras e Licitações.

Porto Velho/RO, 26 de abril de 2022.

ROGÉRIO PEREIRA SANTANA
Pregoeiro GAMA/SUPEL/RO
Mat. 300109135